



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E
A EMPRESA _____**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo ALENCAR MINORU IZUMI, portador do Registro Geral CPF nº 366.038.721-53, nomeado pela Portaria TRT/GP/DG nº 269/2024, a quem foi conferido poderes de representação consoante Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na _____, em _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no processo e Pregão Eletrônico acima identificados, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, que possua outorga na ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 4G (mínimo) pelo sistema digital pós-pago, nas modalidades local (VC1), longa distância (VC2 e VC3), com ligações ilimitadas Local e Nacional, e roaming internacional (plano travel mundo), e serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, mediante fornecimento de acessos móveis, em regime de comodato das estações móveis (aparelhos celulares), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.
- 1.2. Os serviços serão prestados conforme disposições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos do inciso I do artigo 28, da Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar.
- 1.3. Na realização dos serviços deverá haver observância estrita aos prazos estipulados para execução, conforme dispostos no Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Este contrato observará o regime de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço global e vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, a critério do CONTRATANTE e observado o interesse público, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.1. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.2. A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para a Administração, das condições e dos preços contratados.
- 2.3. O CONTRATANTE atestará, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.
- 2.4. Durante a vigência da contratação será permitida a alteração a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 2.4.1. no caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 2.4.2. no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.5. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

2.5.1.A empresa deverá declarar, para fins de contratação, o atendimento às condições estabelecidas no subitem 8.6 (modelo no ANEXO IV).

2.6. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO

3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Critérios de sustentabilidade (item 7 do TR);
- 3.1.2. Especificações dos serviços (item 9 do TR);
- 3.1.3. Características técnicas dos aparelhos (item 10 do TR);
- 3.1.4. Local e dos prazos de entrega dos equipamentos (item 11 do TR);
- 3.1.5. Garantia e assistência técnica (item 12 do TR);
- 3.1.6. Condições de recebimento (item 13 do TR);
- 3.1.7. Modelo de gestão do contrato (item 14 do TR);
- 3.1.8. Deveres do CONTRATANTE (item 15 do TR);
- 3.1.9. Deveres da CONTRATADA (item 16 do TR);
- 3.1.10. Vedações à CONTRATADA (item 17 do TR);
- 3.1.11. Liquidação (item 18 do TR);
- 3.1.12. Pagamento (item 19 do TR);
- 3.1.13. Atualização financeira (item 20 do TR);
- 3.1.14. Reequilíbrio econômico-financeiro (item 21 do TR);
- 3.1.15. Reajuste dos preços (item 22 do TR);
- 3.1.16. Penalidades (item 23 do TR);
- 3.1.17. Defesas e recursos (item 24 do TR);
- 3.1.18. Aumentos e reduções (item 25 do TR).

CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE no Programa de Trabalho 02.122.033.4256.0054 (apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente); na Natureza de Despesa 3.3.9.0.39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), Item SIGEO 151252025000177.

PTRES: ____

Elemento de Despesa: ____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

Nota de empenho: 2025NE____

- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR

- 5.1. O valor global mensal do contrato é de **R\$ ____ (____)**, totalizando o valor global, para 30 (trinta) meses de **R\$ ____ (____)**, conforme demonstrativo abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE TOTAL | VALOR |
|------|-----------|---------|---------------------|-------|
|------|-----------|---------|---------------------|-------|



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

| | | | | |
|---|---|----|----|-----------|
| 1 | <p>PLANO (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G (no mínimo) ou 5G (sempre que disponível para localidade), com as seguintes características e funcionalidades:</p> <p>1)Efetuar e receber ligações ilimitadas de voz móvel – móvel e móvel – fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil (Usando o código de longa distância da operadora contratada);</p> <p>2)Roaming nacional gratuito;</p> <p>3)Assinatura e Sistema de Gestão via Web ou APP Online incluso na assinatura;</p> <p>4)Uso SMS para quaisquer operadoras no Brasil ILIMITADA;</p> <p>5)Pacote de dados ilimitado com no mínimo 20GB de Internet, com redução da velocidade, caso atingida a franquia;</p> <p>6)Whatsapp ilimitado sem descontar da franquia para uso de mensagens, ligações, fotos e vídeos; e outros serviços que estejam neste Termo de Referência;</p> <p>Fornecimento de smartphone em comodato, conforme especificações técnicas contidas no item 10 deste Termo de Referência.</p> <p>Modelos de referência: Samsung A23 5G 128GB; Motorola G54 5G 128GB; Motorola Moto G73 5G com 128GB ou modelos similares. – EXCLUIR.</p> <p>Modelo proposta: _____</p> | UN | 84 | R\$ _____ |
|---|---|----|----|-----------|



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

| | | | | |
|------------------------------------|---|----|----|-----------|
| 2 | <p>PLANO (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G (no mínimo) ou 5G (sempre que disponível para localidade), com as seguintes características e funcionalidades:</p> <p>1) Efetuar e receber ligações ilimitadas de voz móvel – móvel e móvel – fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil (Usando o código de longa distância da operadora contratada);</p> <p>2)Roaming nacional gratuito;</p> <p>3)Assinatura e Sistema de Gestão via Web ou APP Online incluso na assinatura;</p> <p>4)Uso SMS para quaisquer operadoras no Brasil ILIMITADA;</p> <p>5)Pacote de dados ilimitado com no mínimo 20GB de Internet, com redução da velocidade, caso atingida a franquia;</p> <p>6)Whatsapp ilimitado sem descontar da franquia para uso de mensagens, ligações, fotos e vídeos; e outros serviços que estejam neste Termo de Referência;</p> <p>7) Pacote de dados a internet e voz, Roaming internacional (plano travel mundo)</p> <p>8) Fornecimento de smartphone em comodato, conforme especificações técnicas contidas no item 10 deste Termo de Referência.</p> <p>Modelos de referência: Samsung A23 5G 128GB; Motorola G54 5G 128GB; Motorola Moto G73 5G com 128GB ou modelos similares. - EXCLUIR</p> <p>Modelo proposta: _____</p> | UN | 01 | R\$ _____ |
| VALOR GLOBAL MENSAL PARA 85 LINHAS | | | | R\$ _____ |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

| | |
|---|-----------|
| VALOR GLOBAL 30 (TRINTA) MESES PARA 85 LINHAS | R\$ _____ |
|---|-----------|

CLÁUSULA 6ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 8.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 106, inc. III, 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

CLÁUSULA 9ª – DA PUBLICAÇÃO

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 31/2024
Pregão Eletrônico nº ____/2025
Contrato nº ____/2025**

MINUTA

CLÁUSULA 10 – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, ____ de ____ de 2025.

(documento assinado digitalmente)
ALENCAR MINORU IZUMI
CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)

Coordenadora da Divisão de Conservação do
Ambiente de Trabalho e Transporte

(documento assinado digitalmente)

Judiciário

ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

ANEXO II

Declaração relativa à Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

| |
|----------------------|
| Razão Social: |
| CNPJ: |
| Representante legal: |
| RG nº: |
| CPF nº: |

A empresa identificada, por intermédio de seu representante legal acima nominado, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

(Cidade – UF), ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 31/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

ANEXO VI (IV) - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO
(Empresa)

Identificação da Empresa:

| |
|---------------|
| Razão Social: |
| CNPJ: |
| Endereço: |
| Telefone: |
| E-mail: |

A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo nominado, DECLARA, sob as penas da lei, que não tem em seu quadro societário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão, em seu quadro profissional, durante toda a execução do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao referido Tribunal, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

| |
|--------|
| Nome: |
| RG nº |
| CPF nº |

Local, ____ de ____ de 20__.